

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Jussara Borges da Silva¹

Claudio Pinto Nunes²

¹ UESB/PPGEEd/Jussara.borges@yahoo.com.br

² UESB/PPGEEd/claudionunesba@hotmail.com

Resumo - Este artigo objetiva analisar o desenvolvimento das políticas de Formação de Professores na modalidade da Educação a Distância no contexto das reformas educacionais brasileira a partir da década de 1990. Em atendimento ao objetivo proposto, apontou-se a trajetória histórica das políticas de formação de professores no Brasil e o caminho percorrido pela Educação a Distância, revelando-se os seus principais desafios. A metodologia utilizada consistiu em revisão bibliográfica acerca das políticas de Formação de Professores a partir da década de 1990 até os dias atuais, assim como, do percurso histórico da EaD no país. Como resultados, as análises realizadas revelaram uma ampliação da oferta dos cursos de formação de professores na modalidade a Distância ao longo dos últimos anos, principalmente a partir do ano 2000. Foi possível notar também, a frágil regulamentação e a incipiente regulação da EaD havendo a carência de mecanismos de regulação e supervisão quanto às condições de oferta desses cursos e das instituições que os disponibilizam, sobretudo quanto à multiplicidade de formatos de cursos e metodologias adotadas para a modalidade. Disto, concluiu-se que a superação dos desafios mencionados depende, sobretudo, de um olhar mais direcionado para estes cursos que, cada vez mais, ocupa centralidade na formação de professores, objetivando assim, que esta modalidade se torne uma política pública legítima e de qualidade e, não apenas, um “balcão” de certificação de professores.

Palavras-chave: Políticas de Formação de Professores, Educação a Distância, Empresariamento da educação.

Abstract-

1. Considerações Iniciais

Este artigo versa sobre a trajetória histórica das políticas de formação de professores e a Educação a Distância e surge com o objetivo de contribuir para o aprofundamento e a ampliação da reflexão acerca do campo de estudo investigado, qual seja, problematizar as políticas de Educação a Distância voltadas para a formação de professores, procurando compreendê-las no contexto das reformas educacionais da década de 1990 em articulação com as transformações histórica, política e econômica em desenvolvimento no país.

Nessa perspectiva, esse texto tem a finalidade de compreender o contexto teórico e político que vem pautando os debates acadêmicos no âmbito das

políticas de formação de professores e a Educação a Distância (EaD) no Brasil. Pretende-se, dessa forma, inventariar o processo de redefinição destas políticas, para uma melhor compreensão dos determinantes das políticas de privatização da educação superior no Brasil, além dos mecanismos de sua implementação. Disso decorre a importância de imersão no contexto histórico que permeia esse campo de estudo, procurando, assim, descortinar os elementos mais significativos do debate sobre essa temática, de modo a realçar concepções e categorias que permeiam o objeto específico de estudo.

Em consonância com esse modo de compreender, optou-se por eleger como locus de referência para composição desse artigo dois espaços diferenciados, mais que se complementam ao final: o contexto político e histórico das políticas de Formação de Professores a partir da década de 1990 até os dias atuais, bem como, o percurso histórico da Educação a Distância no país.

Para tentar traçar algumas reflexões sobre as políticas de Formação de Professores e a Educação a Distância procurou-se delimitar o campo de debate situando-o, principalmente, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº. 9394/96, principalmente a partir do ano 2000. O recorte temporal aqui assinalado deve-se ao fato de que, apesar da Educação a Distância ter desencadeado seu processo de expansão no Brasil a partir da promulgação da LDB/1996, é somente a partir do ano 2000 que esta vai se estruturar efetivamente no país enquanto estratégia de ampliação do ensino superior, principalmente nos cursos de Formação de Professores.

A construção desse texto e as reflexões nele estabelecidas fundamentam-se na pesquisa bibliográfica acerca do objeto de estudo. A análise da literatura iniciou-se por meio da apreciação dos trabalhos acadêmicos já produzidos sobre a história da Formação de Professores e da Educação a Distância no Brasil. Assim, optamos por partir da análise dos contextos político, econômico e histórico no esforço de conferir maior amplitude acerca da temática estudada, utilizando, para isso, também, dispositivos legais e normativos do governo para substanciar a análise do recorte temporal do objeto investigado.

Com efeito, concernente ao campo das políticas de formação de professores, as discussões e debates sobre os desafios e problemas são anunciados pelos pesquisadores desde a década de 1980. Entretanto, é apenas no

início deste século, que a ênfase volta-se para a Formação de Professores, principalmente da educação básica, por meio da Educação a Distância (FREITAS, 2002; 2003; 2007; SCHEIBE, 2006; SEGENREICH, 2003, 2006, 2008, 2011; GIOLO, 2008; GARCIA, 2008).

No que se refere à discussão sobre as políticas educacionais a partir da década de 1990, verifica-se um aumento crescente de pesquisas voltadas a esse campo específico de conhecimento. Esses estudos têm como preocupação central as políticas educacionais nos anos 1990 e a influência dos Organismos Internacionais (Banco Mundial - BM, Fundo Monetário Internacional - FMI; Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Cepal, dentre outros) na regulação dessas políticas no contexto das reformas educacionais (DOURADO, 2001; GOMES, 2003, 2006, 2009 MAUÉS, 2003, 2008; NEVES, 2002; SGUISSARDI, 2000; SCHEIBE, 2005; PERONI, 2000).

Quanto a EaD, motivada pela ênfase nas políticas educacionais para o campo, principalmente a partir de 1996, e conseqüentemente, pelo seu crescimento acelerado, começa a ser objeto de investigação, sendo possível identificar, não raras vezes, a existência de dois grandes grupos digladiando-se na arena acadêmica (GIOLO, 2008; LOPES, 2011; LITTO, FORMIGA, 2009; MORAES, 2010; OLIVEIRA, 2003; SILVA JR., 2003). Por um lado, nota-se um grupo de entusiastas apregoando a necessidade dos processos educativos formais incorporarem as tecnologias da informação e comunicação para atualizar os processos de ensinar e aprender, bem como a adequação desses processos educativos aos supostos estilos dos membros da geração que dominam as tecnologias. Em contrapartida, do outro lado estão aqueles que defendem a impossibilidade de um estudante aprender com qualidade em frente a um monitor de computador, uma televisão, no isolamento de sua casa, executando tarefas quase ao modo dos antigos estudos dirigidos, sem a interação com os grupos num ambiente formal da sala de aula. Todavia, é preciso dizer que, é somente a partir do ano 2000 que se evidenciam os primeiros estudos e pesquisas numa perspectiva de entendimento de suas contribuições, mas sobretudo, dos seus limites e possibilidades (GATTI, 2003; 2008; DOURADO, 2008; ALONSO, 2010; GARCIA, 2008).

Nesse cenário, nota-se que embora haja sinalização de crescimento das pesquisas, ainda são incipientes aquelas que tentam estabelecer o diálogo entre as

políticas de Formação de Professores e a Educação a Distância. Faz-se necessário discutir as políticas educacionais, principalmente para o campo da Formação de Professores, numa perspectiva que possibilite reconhecer os limites e possibilidades, de forma a melhorar a qualidade da educação pública, independente da opção presencial ou a Distância.

Assim, procuramos organizar esse artigo em duas partes que se complementam e dialogam entre si buscando realçar os temas mais significativos do debate na primeira metade do século XXI. Para isso, iniciamos tentando contextualizar os embates teórico e histórico do campo das políticas de Formação de Professores e da Educação a Distância, compreendendo que ambas, embora se apresentem, em grande medida, em campos aparentemente antagônicos, devem ser pensadas e formuladas de forma a se complementarem para que se possa avançar nos debates da área.

Posteriormente, procuramos discutir as estratégias políticas privilegiadas para essa modalidade de educação, principalmente, para o campo das políticas de Formação de Professores, sinalizando o percurso histórico desse campo como algo extremamente promissor para o empresariamento da educação.

1.1 Os cursos de Formação de Professores no Brasil a partir dos anos 1990

Muitos são os desafios para as políticas educacionais no Brasil, principalmente quando se trata de políticas de formação de professores. Ao se pensar nessas políticas é preciso não apenas garantir a formação adequada desses profissionais, mas levar em consideração os diversos fatores e desafios que compõem a formulação e implantação desses cursos, uma vez que essa formação impacta diretamente o trabalho cotidiano destes profissionais nas escolas de todo o país.

Nesse sentido, faz-se necessário reportarmos ao contexto histórico que vem configurando a implementação dessas políticas de Formação de professores no país, sendo fortemente marcada pela visão da educação como um mercado altamente promissor, e a Educação a Distância como meio de ascensão dos interesses de empresas educacionais.

Para esclarecer melhor, convém enfatizar que a discussão acerca das políticas públicas em educação tem sido objeto de debate desde a segunda metade do século XX (OLIVEIRA, Dalila, 2011). A preocupação com a educação e em decorrência com a formação de professores sinalizam sobre o modo como as políticas públicas educacionais são formuladas e implementadas em determinados contextos adquirindo significado específico a depender do espaço e do momento em que são desenvolvidas. Nesse sentido, Dalila Oliveira (2011, p. 326) assinalou que,

As reformas educacionais dos anos de 1990, no Brasil, tiveram como grande foco a gestão, buscaram por meio da descentralização administrativa, financeira e pedagógica promover a ampliação do acesso a educação básica no país a partir de uma lógica racional, que tinha como paradigma os princípios da economia privada.

Desse ponto de vista é possível depreender os diversos fatores que corroboram para a expansão do ensino superior com base numa lógica de mercado, principalmente da exponencial privatização do ensino. Nesse sentido, Neves (2002) aponta que não é a mão invisível do mercado que privatiza o ensino superior brasileiro, mas antes é o resultado de ações do Estado. É importante sublinhar que, conforme aponta Coutinho (2006, p. 194), ao discutir sobre o modelo neoliberal de Estado,

A característica talvez mais determinante desse tipo de Estado foi sempre ter se colocado a serviço de interesses privados ou, mais precisamente, dos interesses das diversas frações da burguesia. Ora, é precisamente essa a característica que o neoliberalismo quer reforçar, não só privatizando o patrimônio público na esfera da economia, mas também suprimindo os poucos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores e inscritos na legalidade vigente.

Essa privatização do ensino esta fortemente marcada pela influência de organismos Internacionais que, muitas vezes, acabam determinando as políticas educacionais e redefinindo o papel do Estado através da parceria do setor público com o setor privado. Recorrentemente, assim como afirma Vieira (2001, p.145), a “política econômica e a política social relacionam-se intimamente com a evolução do capitalismo” e “qualquer exame da política econômica e da política social deve fundamentar-se no desenvolvimento contraditório da história”, dado que as políticas sociais são resultados de lutas sociais.

No Brasil, essas políticas de desenvolvimento do capitalismo vêm-se caracterizando desde 1980 e, principalmente, nos anos de 1990 através dos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Esse processo se deu pela maior inserção do capital financeiro internacional na economia nacional e pela desregulamentação das relações do trabalho, fator que corroborou para a necessidade de capacitação de mão de obra. E a educação, dessa forma, representa a instituição capaz de contribuir para o aumento da competitividade e da produtividade, cabendo, assim, às escolas o papel de desenvolver as competências necessárias para a reprodução ampliada do capital.

Nesse contexto, com a necessidade de se formar muitos professores num curto espaço de tempo, na década de 1990, principalmente pós - LDB, ressurgiu no cenário nacional a Educação a distância como melhor empreendimento para dar conta dessa demanda. Entretanto, a educação a distância vem sendo utilizada como política educacional desde a implantação do regime militar em 1964 em um contexto no qual o Estado se descomprometeu gradativamente de financiar a educação pública e gratuita, comprometendo-se cada vez mais com o capital privado e as intervenções dos organismos internacionais.

Não se trata, pois, de algo novo, inovador ou diferente. É uma modalidade que vem acontecendo há muito tempo, utilizando os meios disponíveis e adequados em cada época para atingir uma determinada população. Mas, o que se percebe, nestas duas últimas décadas, é uma expansão desta modalidade em todos os continentes (PRETI, 2009).

Praticamente em quase todos os países têm-se criado universidades ou sistemas em EaD e, apesar de causar polêmicas, tem sido recebida com aplausos e críticas, preconceitos e resistências.¹ Dessa forma, a EaD é institucionalizada pelos próprios governos como a modalidade que melhor estaria em condições de cumprir esta tarefa de maneira rápida, atingindo número expressivo de trabalhadores e dentro de uma racionalidade econômica superior à modalidade presencial. Segundo Preti (2009, p. 26),

No contexto da crise estrutural do capitalismo, a conjuntura econômica, política e tecnológica tornou favorável a implementação

¹ A esse respeito ver o artigo PRETI, Oreste. Educação a Distância e globalização: tendências e desafios. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 79, n. 191, p. 19-30, jan./abr. 1998.

da EaD. Ela passou a ocupar posição instrumental estratégica para satisfazer amplas e diversificadas necessidades de qualificação das pessoas adultas, para contenção de gastos nas áreas de serviços educacionais e, no âmbito ideológico, para traduzir a crença de que o conhecimento está disponível a quem quiser.

Como alternativa economicamente viável para formar milhões de trabalhadores em um curto período de tempo e com gastos mínimos, se relacionada com a educação presencial, a EaD iniciou seu processo de expansão, tomando grande proporção, principalmente, nos cursos de Formação de Professores, possibilitando calorosas discussões sobre essa temática que ganha novos contornos (conjunturais, políticos, ideológicos e pedagógicos) ao ser associada à modalidade a distância.

Todavia, Anísio Teixeira, desde 1952, quando assumiu a direção do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) já sinalizava para a importância de rever as políticas educacionais com seriedade. Segundo Teixeira (1999, p. 37 apud GARCIA, W., 2011, p.396)

[...] precisamos voltar à ideia de que há passos e etapas, cronologicamente inevitáveis, para qualquer progresso. Assim é que não podemos fazer escolas sem professores, seja qual for o nível das mesmas [sic], e, muito menos, ante a falta de professores, improvisar, sem recorrer a elementos de um outro meio, escolas para o preparo de tais professores. Depois não podemos fazer escolas sem livros. E tudo isso estamos fazendo, invertendo, de modo singular, a marcha natural das coisas.

Pensar sobre essa problemática colocada por Anísio ainda se faz necessária na sociedade atual visto que as políticas educacionais precisam se desenvolver para além do imediatismo e da visão mercadológica e economicista. É necessário que as políticas de formação de professores ofereçam cursos que realmente prepare estes profissionais para atuarem com as exigências que o cenário atual exige.

Faz-se necessário refletir sobre como os cursos de Formação de professores estão sendo pensados para que estes não sejam norteados apenas pela racionalidade instrumental em que há a subordinação do ensino superior às regras do mercado, pela competição na busca de financiamentos para suas

atividades, vinculadas à sua autonomia para obtenção e gestão de recursos, ou muito menos focalizados apenas em necessidades pontuais deste segmento.

1.1.1 Educação a Distância: breve contextualização histórica

Provavelmente, a primeira notícia que se registrou desse novo método de ensino a Distância foi o anúncio em março de 1728, nos EUA, das aulas por correspondência ministradas por Caleb Philips (suas lições seriam enviadas todas as semanas para os alunos inscritos). Depois, em 1880, na Grã-Betanha, Isaac Pitman ofereceu um curso de taquigrafia por correspondência.

Posteriormente, vieram os programas baseados em televisão e áudio. Eles contavam com a televisão e o rádio para captar leituras ao vivo na sala de aula e as transmitir a outros grupos de alunos, que poderiam seguir a lição de uma sala de aula distante por meio da televisão ou do rádio. Quanto às abordagens do processo ensino aprendizagem, pouco se sabe devido a falta de material produzido acerca destes até o momento.

A partir desses programas de televisão e com o advento das novas tecnologias, o Ensino a Distância começa a entrar numa abordagem multimídia, englobando os recursos (textos, áudio e televisão) como forma de incorporação desses três recursos. Entretanto, havia diferenças: a transmissão tendia a ser usada como um meio suplementar de apoio ao material impresso, não sendo meio predominante como no caso dos sistemas de televisão e áudio.

O avanço da informática e da tecnologia de redes de computadores, principalmente da internet, deu nova dimensão à EaD, tendo em vista tornar possível formar mais gente, independente da reunião física ou temporal dos sujeitos potencialmente partícipes dos processos de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, a partir do uso de multimídia foram desenvolvidos tele - aulas na quais as comunicações eram mediadas por computador, como exemplo, cita-se conferência por computador e correio eletrônico, associados ao acesso a bancos de dados, bancos de informações e bibliotecas eletrônicas, com a utilização de instruções orientadas por computador.

Neste contexto, no final do século XX surgem “os grandes sistemas de educação superior a distância, primeiramente na Europa e, em seguida, no Canadá,

nos Estados Unidos e na Austrália”, para depois se expandirem para todos os países desenvolvidos e muitos países em processo de desenvolvimento. (GUIMARÃES, 1997, p. 3).

No Brasil, a EaD nasceu com o ensino por correspondência voltado para a formação profissional e também evoluiu em função da disponibilidade dos meios de comunicações. Podem ser destacados os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Rádio Monitor, em 1939, e pelo Instituto Universal Brasileiro, em 1941 (GUARANY & CASTRO, 1999).

As instituições privadas, a partir da década de 70 e 80, começaram a oferecer cursos supletivos a distância, com aulas via satélites complementadas por kits de materiais impressos, viabilizando e expandindo, dessa forma, o conhecimento a diferentes localidades do país. Como consequência da expansão da Internet nas instituições de ensino superior, bem como da publicação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), em dezembro de 1996, surgiu em nosso país a universidade virtual, compreendida como ensino superior a distância com uso de Tecnologias de Comunicação e Informação.

Atualmente, diversos países, inclusive o Brasil, adotam a Educação a Distância em todos os níveis, em sistemas formais e não formais de ensino, como forma de atender as demandas diversificadas da agenda no novo espaço/tempo. A queda das barreiras de espaço e tempo é um processo educativo que envolve diferentes meios de comunicação capazes de ultrapassar os limites de tempo e espaço e permitir a interação dos sujeitos com as diversas fontes de informação.

Assim, alteram-se papéis tradicionalmente cristalizados: o aluno deixa de ser um receptor passivo e se torna responsável por sua aprendizagem, com direito a trabalhar num ritmo individualizado, sem perder, no entanto, a possibilidade de interagir com seus colegas e com o instrutor. Muda-se a visão do professor como dono do saber e o controlador da aprendizagem, para ser um orientador que estimula a curiosidade, o debate e a interação com os participantes do processo.

1.2 Os cursos de Formação de Professores na modalidade a Distância: Estratégias políticas privilegiadas

Compreender as políticas docentes no país se torna complexo, não só pelo seu tamanho continental, como também pela pluralidade decorrente dos governos e das ações políticas que estiveram em vigência nos últimos anos. Frequentemente, os vários segmentos da sociedade ao lado de movimentos, organizações civis e entidades científicas e profissionais têm debatido sobre o desempenho da educação básica e, conseqüentemente, sobre a formação de professores, no intuito de melhorar a qualidade da educação brasileira.

Precisamos compreender a educação numa dimensão para além do imediatismo, da instrumentalidade. É fundamental e urgente considerá-la em toda sua plenitude, buscando a formação do indivíduo na sua totalidade. Todavia, com a urgência em qualificar um grande número de educadores para uma população escolar crescente sem o correspondente investimento financeiro do governo, corre-se o risco das políticas de Formação de Professores favorecerem a improvisação, o aligeiramento e desregulamentação no preparo dos profissionais de educação.

Assim como não basta o domínio de conteúdos específicos ou pedagógicos para alguém se tornar um bom professor, também não é suficiente estar em contato apenas com a prática para se garantir uma formação docente de qualidade. É preciso, pois, que não se perca de vista o papel essencial do professor como fundamental no desenvolvimento de políticas que tenham como objetivo a melhoria da qualidade da oferta educacional e não apenas como um mero prestador de serviços.

Nesta perspectiva, percebe-se que a flexibilidade é uma característica integrante a todos os níveis educacionais na atualidade, manifestando-se no nível superior, na oferta de uma maior diferenciação de instituições de ensino, com variações nas suas identidades, de modo a atender os diversos públicos que vão desde as diferenças regionais até o setor produtivo. Assim, como expõe Garcia (Dirce, 2008, p.05) “amplia-se o leque de possibilidades de escolha por um curso superior, haja vista haver uma disponibilidade muito grande de ofertas de cursos para diferentes tipos de ‘consumidores’”.

Essa ampliação das possibilidades de escolha do curso superior, para uma grande parcela da sociedade, só foi possível por conta da educação a distância, principalmente para os cursos de formação de professores, haja vista os diversos fatores que corroboram para a expansão da EaD. A Educação a Distância

vem sendo utilizada, no curso das reformas ocorridas nas últimas décadas, por diferentes governos e com os mais diversos interesses, como modalidade estratégica para promover reformas educacionais. Corroborando com essa afirmação, Silva (2011, p. 339) apontou que,

Desde 1994, havia a intenção de se utilizar a educação a distância para a capacitação dos professores, e por meio dela, alcançaria dois objetivos: um, a abertura e estímulo às empresas internacionais do ramo de tecnologia e equipamentos para ampliar seu mercado por meio da venda de produtos e da oferta de serviços; e outro, o aparente atendimento às reivindicações docentes, afinal, oferecia treinamento rápido, a distância com a implantação da TV escola, além do barateamento da formação continuada por meio de canais oficiais.

O que precisa ser pensado é que em vez da EaD ser uma modalidade de ensino capaz de ampliar a educação superior para além da esfera abrangida pela educação presencial, como foi pensado inicialmente, ela se torna, cada vez mais, concorrente da presencial, se tornando até, para certos cursos, como é o caso do curso de Pedagogia, uma ameaça, pois pode praticar preços menores, além de oferecer outras facilidades práticas, ligadas ao tempo, ao espaço e aos métodos de aprendizagem.

Nesse sentido, ao se refletir sobre as políticas de implantação e funcionamento da Educação a Distância se faz necessário pensá-la a partir de quatro aspectos distintos, mas extremamente articulados, como bem expõe Daniela Oliveira (2009, p. 01). Quais sejam:

Na perspectiva didático-pedagógica, com o estabelecimento de parâmetros de qualidade do ensino a partir do desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e hábitos relativos ao estudo, à profissão e a própria vida das pessoas; na perspectiva econômica, através da elevação mínima do patamar de conhecimento científico da futura força de trabalho (simples e complexa) de acordo com as exigências do novo paradigma produtivo; no plano político, significando a afirmação do consenso em torno do padrão neoliberal [...] legitimando o novo modelo de participação na sociedade e a despolitização dos sujeitos coletivos; na perspectiva social, representando solidificação do novo individualismo como valor moral radical, a valorização do mercado enquanto regulador das relações sociais e na ressignificação das noções de igualdade e de liberdade, garantindo os fundamentos da nova cidadania.

Esses quatro aspectos apontados por Oliveira (2009) ajuda-nos a compreender a emergência da EaD no ensino superior para atender as demandas da educação a partir das reformas da década de 1990, mediadas na perspectiva do princípio educativo de que não se pode pensar em Educação a Distância sem compreendê-la não apenas como “modalidade de ensino”, mas enquanto estratégia política privilegiada para a expansão da educação superior, em especial para a formação de professores.

A Educação a Distância representa um mercado extremamente promissor, visto a ideia política de apropriação dessa modalidade como forma de cumprir as exigências apontadas na LDB 9.394/96, bem como oferecer um barateamento na oferta dos cursos já que atinge muito mais pessoas com muito menos recursos, num espaço de tempo bem menor do que a educação presencial. Entretanto Barroso (2005, p. 743) apontou que,

À tentativa de criar mercados (ou quase - mercados) educativos transformando a ideia de “serviço público” em “serviços para clientes”, onde o “bem comum educativo” para todos é substituído por “bens” diversos, desigualmente acessíveis. Sob a aparência de um mercado único, funcionam diferentes submercados onde os “consumidores” de educação e formação, socialmente diferenciados, vêm-lhes serem propostos produtos de natureza e qualidade desiguais.

Alguns estudiosos (FREITAS, 2007; OLIVEIRA, Daniela, 2009) apontam que a expansão dessa modalidade de ensino é parte da política de Estado, inspirada nas recomendações dos órgãos Internacionais advindas do relatório feito para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre a educação para o século XXI. Esses estudos demonstram que a ênfase na educação a distância como política pública para Formação de Professores respondeu a pelo menos dois pressupostos importantes: “a possibilidade de minimizar rapidamente a falta de qualificação dos professores e a de ampliar o acesso à educação superior” (OLIVEIRA, Daniela, 2009, p. 16).

Assim como Daniela Oliveira (2009), Garcia (2011, p. 397) chama a atenção para os múltiplos significados que “essa parceria da área educativa com os bancos especialmente com o Banco Mundial - no decorrer do tempo, viria a confirmar, com maior ênfase, a predominância dos assuntos de natureza financeira sobre as questões educacionais”. O que é preciso pensar ao se delimitar as políticas

públicas para essa modalidade é a qualidade dos cursos ofertados levando em consideração as legislações vigentes como é o caso das Diretrizes Curriculares, principalmente por se tratar da formação para lidar com seres humanos das mais diversas realidades e bagagens culturais. Não é apenas a simples qualificação, ou melhor, “certificação” desses profissionais, mas o aporte de uma série de demandas necessárias para ser um bom profissional no seu campo de atuação.

Percebe-se, neste contexto de embates que, apesar de ter ocorrido alguns avanços principalmente a partir da década de 1990 nas políticas educacionais bem como nas políticas de Formação de Professores, diversos estudos apontam ainda para os desafios e contradições que permeiam esse campo de estudo. Quando se pensa em educação, “não é possível pensar em oferecer uma educação de qualidade que permita a melhoria da inserção social das futuras gerações sem elevar os custos dessa oferta” (OLIVEIRA, Dalila, 2011, p.334). Investimento, melhoria na formação docente, nas condições de trabalho, dentre muitos outros fatores, são pilares necessários para a melhoria da qualidade da educação.

É preciso e urgente, acima de tudo, compreender as políticas de formação docente na sua totalidade para se compreender o papel da educação na formação do homem atual, e o papel do professor enquanto intelectual responsável por difundir essa educação na escola. A essa discussão integra-se o debate em torno de concepções de sociedade, de educação, de formação, enfim, de sociabilidade que permeia toda a reforma educacional brasileira bem como da necessidade de pesquisas e análises sobre questões como essas para viabilizar os processos subjacentes às políticas públicas em torno da formação de professores.

Por fim, é possível concluir que a partir do quadro conceitual e teórico traçado, na primeira metade do século XXI, um processo de disputas e contradições tem marcado fortemente a problemática estudada, revelando os diversos fatores que corroboram para que as políticas educacionais, muitas vezes, expressem os interesses de forças sociais que se fazem hegemônicas em um determinado momento histórico, sendo também, fortemente marcada pelo interesse de Organismos Internacionais bem como, da lógica mercadológica e economicista que permeia o campo educacional.

Referências

BARROSO, João. O Estado, a Educação e a Regulação das Políticas Públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - Out. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

BRASIL. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 20, dez., 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Julio Cesar Franca; NEVES, Lucia Maria Wanderley. **Fundamentos da Educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 173-200.

DOURADO, Luiz Fernando; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 24, 2001. Minas Gerais. **Anais Eletrônicos**. Caxambu/MG, 2001.

GATTI, Bernadete Angelina. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

_____. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n.113, p. 1355-1379, out./dez. 2010.

_____; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184682por.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2012.

GARCIA, Dirce Maria Falcone. Educação a distância, tecnologias e competências no cenário da expansão do ensino superior: pontuando relações, discutindo fragilidades. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 31, 2008. Minas Gerais. **Anais Eletrônicos**. Caxambu/MG, 2008.

GARCIA, Walter Esteves. Direito à Educação: financiamento e Estado. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. **Políticas Públicas de Educação na América Latina: lições aprendidas e desafios**. Campinas/SP: Autores Associados, 2011.

GIOLO, Jaime. A educação a distância e a formação de professores. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 29, n. 105, p. 1211-1234, set./dez. 2008.

GUARANYS, Lúcia Radler dos; CASTRO, Claudio Moura. **O ensino por correspondência: uma estratégia de desenvolvimento educacional no Brasil**. Brasília: IPEA, 1999.

GUIMARÃES, Paulo Vicente. **A contribuição do consórcio Interuniversitário de Educação continuada e a Distância** – BRASILEAD – ao desenvolvimento da Educação Nacional. Brasília, abr. 1997.

LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

LOPES, Luis Fernando; PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. Formação de professores a distância: princípios orientadores. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 34, 2011. Rio Grande do Norte. **Anais Eletrônicos**. Natal/RN, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. O professor como intelectual estratégico na disseminação da nova pedagogia da hegemonia. . In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 36, 2013. Goiânia. **Anais Eletrônicos**. Goiânia/GO, 2013.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo a política de Estado: Reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 05, jul., 2013.

_____. As políticas públicas em educação e a pesquisa acadêmica. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana (Org.). **Políticas Públicas e Educação: regulação e conhecimento**. 1. Reimpressão. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

OLIVEIRA, Daniela Motta de. Educação a distância e formação de professores em nível superior no Brasil. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 32, 2009. Minas Gerais. **Anais Eletrônicos**. Caxambu/MG, 2009.

PERONI, Vera Maria Vidal. O Estado Brasileiro e a política educacional dos anos 90. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 23, 2000. Minas Gerais. **Anais Eletrônicos**. Caxambu/MG, 2000.

PRETI, Oreste. **Educação a distância: fundamentos e políticas**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

_____. Educação a Distância e globalização: tendências e desafios. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 79, n. 191, p. 19-30, jan./abr. 1998.

SILVA, Maria Abádia da. A questão docente nas políticas públicas. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. **Políticas Públicas de Educação na América Latina: lições aprendidas e desafios**. Campinas/SP: Autores Associados, 2011.

SGUISSARDI, Valdemar. O Banco Mundial e a educação superior: revisando teses e posições? In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-

GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 23, 2000. Minas Gerais. **Anais Eletrônicos**. Caxambu/MG, 2000.

VIEIRA. Evaldo. A política e as bases do direito educacional. **Cadernos Cedes**, Campinas/SP, nº. 55, pp. 9-29, 2001.